

UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 2015 e 2014**

UPTICK PARTICIPAÇÕES

Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conteúdo:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Balanços Patrimoniais

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstrações das variações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
UPTICK Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **UPTICK Participações S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UPTICK Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2016.



**BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1**

Julian Clemente

Contador CRC 1SP 139268/O-6-S-RJ

Relatório da Administração

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Uptick Participações S.A. (“Uptick” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Perfil Corporativo

A Uptick é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 8 de setembro de 1997, e que tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, cotista ou consorciada.

A Companhia mantém investimento na sua controlada em conjunto Cosern - Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Estrutura Acionária

A Uptick é controlada por algumas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), as quais exercem o poder de controle de forma indireta, por meio do Ennesa Fundo de Investimento de Ações (“Ennesa FIA”), que detém 99,99% das ações ordinárias e totais de emissão da Companhia.

O Ennesa FIA é um fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e seus cotistas são: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social, CELPOS - Fundação Celpe de Seguridade Social, FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social e Fundação Itaú.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Como empresa de participação (“holding”), a Uptick tem suas Receitas Operacionais

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

originadas da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da COSERN, que no exercício de 2015 foi de R\$ 12.065.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Uptick, ao final do exercício, foi de R\$ 12.394, correspondente ao lucro por ação de R\$ 0,236360.

Remuneração dos Acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 30 do estatuto social da Companhia:

“Artigo 30

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único:

As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.”

Em linha com esse compromisso, a Uptick demonstra abaixo a remuneração distribuída aos acionistas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	2015
Lucro líquido do exercício	12.394
(-) Reserva Legal - 5%	(620)
	<hr/> 11.774
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.944
JCP deliberados RCA 30/12/2015	2.500
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	444
Dividendos adicionais propostos	3.500
Total de Dividendos Propostos e/ou pagos no exercício	<hr/> 6.444
Reserva de Lucros a Realizar	5.331
	<hr/> 11.774

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Nessa linha, em 31 de dezembro de 2015, a administração da Companhia destinou o montante de R\$ 2.944 para distribuição de dividendos aos acionistas, a ser ratificado por

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ocasião da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, cumprindo assim o referido compromisso.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Uptick são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA, sob o código UPKP3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Informações sobre a COSERN

A COSERN detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30/12/1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 08, firmado em 31/12/1997 com vigência até 31/12/2027. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a COSERN vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

Os principais destaques do desempenho econômico -financeiro da COSERN em 2015, de acordo com o seu relatório de Administração, são:

- O Lucro Líquido em 2015 foi de R\$ 207.370, um decréscimo de 4,54% em relação a 2014.
- Em 2015, a COSERN declarou R\$ 33.596 milhões referente a juros sobre capital próprio e R\$ 142.204 mil relativos à Dividendos, deste valor R\$ 77.052 mil e R\$ 10.213 mil referem-se ao lucro de 2014 e R\$ 33.596 mil e R\$ 54.939 mil ao exercício de 2015. Adicionalmente, há proposta de distribuição de dividendos de R\$ 95.540 mil.
- Em dezembro de 2015 a dívida bruta consolidada da COSERN, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi R\$ 895.462 (dívida líquida R\$ 640.387), apresentando um crescimento de 35,41% em relação a dezembro de 2014.

Para maior entendimento das operações da controlada em conjunto COSERN nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como detalhes adicionais seu desempenho econômico- financeiro, de sua atuação no mercado de capitais, de suas diretrizes estratégicas e outras informações acerca de suas atividades recomenda-se a leitura de suas demonstrações financeiras de 2015 em <http://www.cosern.com.br> ou pelo site da CVM em <http://www.cvm.gov.br>

Audidores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores independentes, não prestaram, em 2015, quaisquer outros serviços não-relacionados à auditoria externa da Uptick.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2016.

Relatório da Administração
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Balço Patrimonial
para os exercÍcios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	7.225	337
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	(8)	-	1.325
Total do Ativo Circulante		<u>7.225</u>	<u>1.662</u>
Tributos a Recuperar	(5)	3.773	4.345
Depósitos Judiciais	(7)	12	12
Investimentos em controladas	(8)	49.694	47.821
Intangível	(9)	19.601	19.601
Total do ativo não circulante		<u>73.080</u>	<u>71.779</u>
Total do Ativo		<u>80.305</u>	<u>73.441</u>
	Nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo			
Impostos e Contribuições a Recolher		8	144
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio		6.444	5.471
Contas a Pagar		50	10
Outros Passivos Circulantes		-	-
Total do Passivo Circulante		<u>6.502</u>	<u>5.625</u>
Outros Passivos Não Circulantes		12	12
Total do Passivo não Circulante		<u>12</u>	<u>12</u>
Patrimônio Líquido	(10)		
Capital Social		49.646	49.646
Reservas de Lucros		24.233	18.283
Outros Resultados Abrangentes		(89)	(125)
Lucro (prejuízo) acumulado		-	-
Total do patrimônio líquido		<u>73.791</u>	<u>67.804</u>
Total do passivo		<u>6.515</u>	<u>5.637</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>80.305</u>	<u>73.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(8)	12.065	11.547
Despesas administrativas	(13)	(542)	(480)
Serviços técnicos especializados		(210)	(154)
Outras despesas administrativas		(124)	(134)
PIS/ Cofins s/ receita		(208)	(192)
Outros tributos federais		-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		11.523	11.067
Receita financeira	(14)	871	920
Atualização Selic s/ IR a compensar		307	271
Rendimento s/ Títulos de renda fixa		564	649
Despesa financeira		<u>0</u>	<u>-</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>871</u>	<u>920</u>
Resultado antes dos impostos		<u>12.394</u>	<u>11.987</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>12.394</u>	<u>11.987</u>
Quantidade de ações:		52.437,00	52.437,00
Lucro líquido por ação básico :		3	3
Lucro líquido por ação diluído :		0,236360	0,22860
		<u>0,236360</u>	<u>0,22860</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro do Exercício	12.394	11.987
Outros resultados abrangentes - Reflexo:		
Ganho/ Perda atuarial de Plano de benefícios	55	(188)
Tributos sobre ganhos atuariais	<u>(19)</u>	<u>63</u>
	36	(125)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	12.430	11.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	49.646	16.268	6.220	-	(1)	-	72.133
Resultado reflexo concessão do serviço público (ativo financeiro)							
Ganhos líquidos s/ ativos atuariais					(124)		(124)
Lucro líquido do exercício						11.987	11.987
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal			599			(599)	
Reserva de lucros a realizar		8.541				(8.541)	
Juros sobre capital próprio deliberados		(2.624)				-	(2.624)
Dividendos deliberados		(10.721)					(10.721)
Dividendos propostos						(2.847)	(2.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	49.646	11.464	6.819	-	(125)	-	67.804
Resultado reflexo concessão do serviço público (ativo financeiro)							
Ganhos líquidos s/ ativos atuariais					36		36
Lucro líquido do exercício						12.394	12.394
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal			620			(620)	
Reserva de lucros a realizar		5.331				(5.331)	
Juros sobre capital próprio deliberados						(2.500)	(2.500)
Dividendos deliberados							
Dividendos propostos						(3.943)	(3.943)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	49.646	16.795	7.439	-	(89)	(0)	73.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício:	12.394	11.987
Ajustes para:		
Atualização Selic s/ IR a compensar	(307)	(271)
PIS /COFINS	208	192
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(12.065)	(11.547)
Caixa gerado nas operações	230	361
Aumento (redução) de Ativos e Passivos	12.129	15.594
IRRF e PIS, COFINS E CSLL s/ serv. prestados	3	9
IRRF s/ resgate de Títulos de renda fixa	(72)	(133)
Restituição de Crédito de Impostos Receita Federal	906	
Dividendos	8.273	13.360
Juros sobre o Capital próprio	2.986	2.368
Contas a Pagar	40	(10)
Outros	(8)	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	12.359	15.955
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(2.847)	(13.554)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(2.624)	(2.266)
Fluxo de caixa decorrente da atividades de financiamento	(5.471)	(15.820)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	6.888	135
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	337	202
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7.225	337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(334)	(288)
Valor adicionado bruto	<u>(334)</u>	<u>(288)</u>
Retenções	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>(334)</u>	<u>(288)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	12.936	12.467
Receitas Financeiras	871	920
Equivalência patrimonial	12.065	11.547
Valor adicionado total a distribuir	<u>12.602</u>	<u>12.179</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>12.602</u>	<u>12.179</u>
Impostos, taxas e contribuições	208	192
Remuneração de capitais próprios	12.394	11.987
Juros sobre o capital próprio pagos ou declarados	2.500	-
Dividendos pagos ou declarados	-	2.847
Dividendos adicionais	3.944	-
Lucros retidos	5.950	9.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da Concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A emissão das demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2016.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”). Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (“*impairment*”) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e nas demonstrações contábeis comparativas.

a. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

j. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

l. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)** - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)** - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

- **IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)** - Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações;
- **IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)** - O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao “reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- **IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)**
- **Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto)** (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- **Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização)** (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- **Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto)** (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18/IAS 28);
- **Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;**
- **Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação)** (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18/IAS 28);
- **Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação)** (Alteração do CPC 26/IAS 1).

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	-	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	7.225	336
	<u>7.225</u>	<u>337</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo. A Companhia iniciou o ano de 2015 com aplicações no fundo de investimento de curto prazo Mellon Cash FI CP, administrado pela Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A.. Em 09 de julho de 2015, transferiu suas aplicações para fundo administrado pelo Banco Bradesco S.A., cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, gerando rentabilidade de aproximadamente 101%.

5. Tributos a Recuperar

	2015	2014
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	3.552	4.181
Contribuição Social - CSLL	221	164
	<u>3.773</u>	<u>4.345</u>

O Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 3.773, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015		2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	12.394	12.394	11.987	11.987
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:	12.394	12.394	11.987	11.987
(+) Adições				
Juros sobre o Capital próprio recebidos	1.954	1.954	1.559	1.559
Amortização de ágio	-	-	-	-
	1.954	1.954	1.559	1.559
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(12.065)	(12.065)	(11.547)	(11.547)
Juros sobre o Capital próprio pagos	(2.500)	(2.500)	(2.624)	(2.624)
	(14.565)	(14.565)	(14.171)	(14.171)
	(217)	(217)	(625)	(625)
Compensação de prejuízos fiscais	217	217	625	625
Base de cálculo	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-	-	-	-

Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973/2014, resultante da conversão, com emendas, da Medida Provisória nº 627/2013, promove entre outras providências, alterações no cálculo do Imposto de Renda para as Pessoas Jurídicas, inclusive com a revogação do Regime de Tributação Transitória (“RTT”), a partir de 1º de janeiro de 2015. Entretanto, as companhias têm a opção de adotar antecipadamente as alterações desta Lei.

A Administração da Uptick avaliou o impacto das alterações promovidas pela Lei 12.973/2014, bem como o melhor momento para sua adoção e optou por sua adoção antecipada. Desta forma, a Companhia deixa de considerar os efeitos do ágio na apuração dos montantes devidos de contribuição social e imposto de renda.

7. Depósitos Judiciais

**Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	2015	2014
Cíveis	12	12

8. Investimento

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Em 31 de dezembro, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	47.821	51.685
Equivalência patrimonial	12.065	11.547
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais - Reflexo	36	(125)
Juros sobre o capital próprio	(1.954)	(2.078)
Dividendos recebidos e propostos (ver item 8 c)	(8.273)	(13.208)
Saldo do final do exercício	49.694	47.821

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	2015	2014
Quantidade de ações da COSERN		
Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Capital social da COSERN	179.787	179.787
Lucro líquido do exercício	207.370	198.362
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	853.968	821.777
Quantidade de ações possuídas pela Uptick:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais - Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais - Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611

Informações Uptick:

Participação da Uptick no capital da COSERN

Capital votante	5,84%	5,84%
-----------------	-------	-------

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital social	5,82%	5,82%
Lucro Líquido	12.394	11.987
Patrimônio Líquido	77.734	67.804

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

2015	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
22/04/2015	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,4482195687 ON 0,4930415256 PNA/B	4.483
19/06/2015	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,0594105602 ON 0,0653516162 PNA/B	594
30/09/2015	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3195884212 ON 0,3515472633 PNA/B	3.196
30/09/2015	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1954289647 ON 0,2149718612 PNA/B	1.954*

*Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 1.661.

2014	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
24/04/2014	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	1,0101932576 ON 1,1112125834 PNA/B	10.102
			0,0519475316 ON	

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23/05/2014	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0571422848 PNA/B	520*
22/08/2013	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3105824419 ON 0,3416406861 PNA/B	3.106
30/12/2014	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1558425948 ON 0,1714268543 PNA/B	1.559*

*Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 1.766.

9. Intangível

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ágio no investimento	19.601	19.601
	<u>19.601</u>	<u>19.601</u>

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

10. Impostos e Contribuições a Recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
IR sobre serviços de terceiros	1	-
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	3	-
PIS a recolher	1	26
COFINS a recolher	4	118
Total	<u>8</u>	<u>144</u>

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 49.646.

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de dezembro de 2015
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	52.437.003
-------	------------

b) Reservas de Lucros

i. Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, foram constituídos os montantes de R\$ 620 e R\$ 599, respectivamente.

ii. Reserva de Lucros a Realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta nesta reserva um saldo de R\$ 16.794 (R\$ 11.464, em 31 de dezembro de 2014) pela falta de expectativa na realização do lucro advindo deste investimento.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

A movimentação da conta de reserva de lucros está composta como segue:

Movimentações - Reservas de Lucros	R\$ mil
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2013	22.488
Reversão de Reservas de Lucros a Realizar em contrapartida a pagamento de dividendos - RCA de 25/11/2014	(10.721)
Reversão de Reservas de Lucros a Realizar em contrapartida a pagamento de JCP - RCA de 30/12/2014	(2.624)
Constituição de Reserva Legal em 31 de dezembro de 2014	599
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31 de dezembro de 2014	8.541
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2014	18.283
Constituição de Reserva Legal em 31 de dezembro de 2015	620
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31 de dezembro de 2015	5.331
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2015	24.233

c) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

d) Resultado básico por ação

O cálculo de lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.944 e dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 3.500.

A composição dos montantes de Dividendos e JCP deliberados em 2015 e 2014 está composta como segue:

				2015
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
30/04/2015	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,228593411	2.847
30/12/2015	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,047676256	2.500
				5.347
				2014
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento(*)	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
30/04/2014	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,054037	2.834
25/11/2014	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,204444	10.721
30/12/2014	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,050043	2.624
				16.179

(*)O montante dos Dividendos e de JCP aprovados, respectivamente, nas RCA's de 25/11/2014 e de 30/12/2014 têm como contrapartida a reversão da conta de Reserva de Lucros a Realizar.

A movimentação do saldo da conta de Dividendos e JCP a Pagar é composta como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012:	5.500
Dividendos e JCP Declarados	6.332
Dividendos e JCP Pagos	(6.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2013:	5.100
Dividendos e JCP Declarados	16.191
Dividendos e JCP Pagos	(15.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2014:	5.471

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos e JCP Declarados	2.500
Dividendos e JCP Pagos	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2015:	2.500

A base de cálculo para a distribuição de proventos é como segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	12.394	11.987
Reserva legal (5%)	(620)	(599)
Base de cálculo dos dividendos	11.774	11.388
Dividendos obrigatórios - 25%	2.944	2.847
JCP deliberados	2.500	-
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	444	-
Dividendos adicionais propostos	3.500	-
Total de Dividendos Propostos e/ou pagos no exercício	6.444	2.847
Reserva de Lucros a Realizar	5.331	-
	11.774	2.847

12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	2015		2014	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	7.225	7.225	337	337
Contas a receber com controlada em conjunto	Empréstimos e recebíveis	0	0	1.325	1.325
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar à controladora	Outros passivos financeiros	6.444	6.444	5.471	5.471
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	50	50	10	10

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

13. Despesas Operacionais

Despesas Gerais e Administrativas	2015	2014
Serviços de Terceiros	210	154
Tributos	208	192
Publicações	42	52
Contribuição a associações e entidades de classe	59	54
Outras	24	28
Total	542	480

14. Receitas financeiras

Receita Financeira	2015	2014
Renda de aplicações financeiras	564	649
Variação monetária	307	271
Total	871	920

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) Fundação Itaú, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS - Fundação Celpe de Seguridade Social, (f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

Os serviços de assessoria e consultoria foram prestados à Companhia pelo BNY Mellon até 30 de junho de 2015. Durante esse período, a Companhia possuía aplicações financeiras em fundos administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A., conforme descrito na nota 4.

Em 01 de julho de 2015, os serviços de assessoria e consultoria passaram a ser prestados pela Eximia Capital Partners Ltda, que atua no assessoramento aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria da Uptick, incluindo: (i) Assessoramento contábil; (ii) administração de tesouraria; (iii) controle de custos; (iv) suporte aos trabalhos de natureza jurídica; (v) serviços de controle do patrimônio, do fluxo de dividendos e outros recebíveis da Cosern (vi) cumprimento de obrigações legais exigidas pelos órgãos reguladores do mercado e (vii) assessoramento em reuniões de Conselho de Administração ou de Diretoria.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria companhia ou incentivos de longo prazo.

* * *

Mozart Bandeira Arnaud - Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelio Quintino Correia da Silva - Diretor Administrativo